



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003784-94.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil**
 Requerente: **Rubens Roberto Bonicelli**
 Requerido: **Lauria Delli de Oliveira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ser morador de apartamento situado em condomínio em que a ré é síndica.

Alegou ainda que um outro condômino começou a fazer mau uso da unidade autônoma em que residia, com barulho excessivo provocado por exercícios físicos com utilização de halteres entre 23h30min e 01h:30min num primeiro momento e fazendo do imóvel – de cunho estritamente residencial – uma escola de idiomas em seguida.

Salientou que solicitou informações à Prefeitura Municipal para saber se tal morador tinha alvará para o funcionamento de uma escola e passado algum tempo, ao ter acesso ao respectivo procedimento, viu que a ré esclareceu ao Fiscal com quem conversou que ele (autor) sofreria de esquizofrenia.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que a ré com isso lhe causou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O depoimento da testemunha João Paulo Petrolongo, Fiscal da Prefeitura de São Carlos, confirmou o teor do documento de fl. 20.

Neste, ele asseverou que ao manter contato com a ré a propósito da reclamação formulada pelo autor quanto ao funcionamento irregular de uma escola de idiomas ela esclareceu que o mesmo "*sofre de esquizofrenia*".

Tomo a declaração, reiterada em Juízo, como verdadeira à míngua de indicação de que a testemunha pudesse criar explicação inexistente.

Já a testemunha Mauro Calça relatou que ouviu de outras pessoas a referência à mesma expressão inserida no procedimento administrativo que teve curso no âmbito interno da Prefeitura local (ressalvo que as demais informações dadas pela testemunha diziam respeito a evento não descrito na petição inicial e que, por isso, deixa de ser analisado).

Sem embargo desse cenário, reputo que ele por si só não rende ensejo a dano moral ao autor passível de ressarcimento.

Com efeito, os termos empregados pela ré para referir-se ao autor são inadequados e depreciativos, nada podendo justificá-los.

Não considero, porém, que no contexto em que foram utilizados denotariam o interesse da ré em ultrajar o autor, desprezando-o com o desiderato de atingir sua honra subjetiva ou macular sua dignidade.

É imprescindível compreender o contexto em que tudo aconteceu e bem por isso não se pode olvidar de princípio que a função de síndico em um condomínio é permeada de dificuldades, muitas das quais promovidas por moradores despidos de qualquer razoabilidade em seus comportamentos.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) atestam a veracidade dessa assertiva.

Ademais, apurou-se que o autor já aforara duas ações judiciais contra a ré neste Juízo relativas ao mesmo assunto que o motivou a solicitar esclarecimentos da Prefeitura Municipal, as quais foram extintas porque ela não tinha legitimidade ad causam para figurar no polo passivo daquelas relações processuais.

Viu-se a ré dessa maneira às voltas com as situações inegavelmente desagradáveis e que por certo lhe causaram incômodos, aspecto que seguramente teve ligação direta com o uso dos termos indevidos trazidos à colação.

Evidentemente não se busca aqui imputar ao autor a responsabilidade por todo o episódio, transformando-o de vítima em motivador da conduta da ré quando buscou exercer seu direito.

Não se tenciona de igual modo justificar o ato da ré que, como já assinalado, é indesculpável.

O que se há de ter em mente é que a reação da ré não deve diante de todas as peculiaridades assinaladas ser taxada de ataque deliberado à honra do autor com o fito de ofender sua dignidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tenho a convicção de que nada disso deu causa ao comportamento da ré, muito mais um desabafo – descabido, repita-se – que não foi suficiente para render ensejo a dano moral indenizável ao autor.

Nem se diga que a circunstância de terceiros terem tido conhecimento do episódio alteraria o quadro delineado, seja porque a ré em nada contribuiu para que tal sucedesse, seja porque ainda assim o quadro que a teria motivado não foi por isso modificado.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação ofertada como alternativa que melhor se amolda a todas as circunstâncias que envolveram o evento noticiado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**